

DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFESSORES DE ARTES NA ADAPTAÇÃO ÀS DIRETRIZES CURRICULARES E AVALIATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

¹Mírian Raíza dos Santos Castro

²Elinaldo da Silva Meira

RESUMO

Este relato de experiência, baseado na atuação da autora como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID, edição 2024/2026) e como estudante da disciplina Estágio Supervisionado no Colégio Estadual Edmundo Rocha, em Goiânia (GO), investiga os desafios específicos enfrentados por professores de Artes Visuais. A análise se concentra na adaptação às diretrizes curriculares e avaliativas da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC), considerando a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as regulamentações estaduais. Observou-se que a elaboração de planos de aula e instrumentos avaliativos, anteriormente realizada de forma autônoma pelo professor, passou a ser centralizada pela SEDUC. Nesse contexto, o Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO), que combina instrumentos quantitativos e qualitativos para aferir a aprendizagem nas redes estadual e municipal, tornou-se central nesse processo. A experiência em campo, contudo, evidencia dificuldades de adaptação e desalinhamentos entre as orientações normativas e a realidade pedagógica vivida por docentes e estudantes, ressaltando a necessidade de maior diálogo entre política educacional e as práticas escolares cotidianas.

Palavras-chave: Currículo, Plano de aula, Avaliação.

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) busca inserir os estudantes na realidade concreta da profissão docente, possibilitando a observação direta dos desafios que atravessam o cotidiano escolar. Nesse sentido, torna-se relevante apresentar brevemente o contexto do campo de atuação situado no bairro Vila Mutirão, na região noroeste de Goiânia: o Colégio Estadual Edmundo Rocha, foco deste relato.

¹ Graduanda do curso de Artes Visuais - licenciatura da Universidade Federal de Goiás - UFG, mirian_raiza@discente.ufg.br;

² Orientador. Professor na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás no curso de Licenciatura em Artes Visuais.

De acordo com Freitas (2007) a Vila Mutirão foi um bairro planejado inaugurado em 1983 para receber pessoas de baixa renda vindas das ocupações irregulares que aconteciam ao redor da cidade de Goiânia. Essas pessoas foram colocadas em uma área de difícil acesso e distante do centro da cidade. Ainda de acordo com Freitas (2007), este foi um fator para o atraso da inauguração da escola que na época atendia pelo nome de Escola Estadual de 1º grau.

Aberta apenas em 1984, das 28 turmas previstas apenas 9 atendiam os/as estudantes, a causa foi decorrente da carência de professores que alegavam falta de segurança e o deslocamento oneroso até o local. Como consequência, houve uma grande evasão escolar, além da não oferta de merenda para os estudantes. Ademais, marcas desse histórico ainda são presentes no bairro até a atualidade, que ainda continua como uma área periférica marcada pela baixa renda e dificuldades relacionadas ao transporte público e infraestrutura.

Na vivência escolar, acompanhando semanalmente o trabalho do professor supervisor de Artes, é possível observar as dificuldades de adaptação às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás, especialmente no que se refere às provas padronizadas. Tais diretrizes mostram-se frequentemente distantes das condições concretas da escola, produzindo um elemento adicional de tensão em uma prática docente já marcada por múltiplos desafios. Além disso, esse descompasso acaba por comprometer a qualidade do ensino, uma vez que grande parte do planejamento escolar passa a ser direcionado prioritariamente à preparação para essas avaliações.

Ao analisar a experiência estadunidense de reforma educacional orientada por princípios empresariais, sustentada por metas, ranqueamentos e concorrência entre professores e estudantes, Diane Ravitch (2011) argumenta e adverte sobre os limites e consequências desse modelo. Para a autora, seu fracasso nos Estados Unidos deve servir de alerta para outros países, como o Brasil, que adotam políticas similares.

A partir dos relatos de docentes que atuaram antes e depois da reforma educacional estadunidense, Ravitch (2011) descreve processos de intensificação do trabalho e a consolidação de um modelo que ampliou o distanciamento de estudantes e professores em relação ao sentido formativo mais amplo da educação. Dinâmicas semelhantes puderam ser percebidas no colégio goianiense acompanhado pelos/as participantes do PIBID.

As provas não apreciam o que o discente daquela determinada unidade educacional aprendeu ao longo do bimestre. Com base nisso, se pode diagnosticar o desapontamento dos/as estudantes e principalmente professores/as que, mesmo seguindo os planos de aula disponíveis no site do Sistema de Avaliação do Estado de Goiás (SAEGO), não conseguem alinhar o conteúdo do lecionado em sala de aula com o que é cobrado na prova.

Portanto, diante desse contexto, propõe-se neste relato descrever as observações realizadas na primeira etapa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID, edição 2024/2026), bem como as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado desenvolvido na mesma instituição — o Colégio Estadual Edmundo Rocha, em Goiânia (GO) — ao longo de dois semestres letivos de 2025. A intenção é examinar as dificuldades enfrentadas por docentes de Artes Visuais para se adaptar às diretrizes curriculares e avaliativas impostas pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC), delineando os desafios e as possibilidades que emergem nesse cenário.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos em questão, o relato se fundamentou em uma pesquisa bibliográfica sobre os temas Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobre as reformas educacionais brasileiras, sobre o ensino de arte.

Quanto aos métodos e técnicas, cabe ressaltar que esse relato partiu de um objetivo qualitativo e foi guiado através da técnica de observação não participante que, de acordo com Gil (2008), o método de observação é um dos mais utilizados nas Ciências Sociais e traz precisão na coleta de dados nesta área do conhecimento.

Ao longo de dois semestres foram realizadas visitas semanais ao Colégio Estadual Edmundo Rocha para acompanhar as aulas do professor supervisor de Artes. Relatos de profissionais da comunidade escolar indicam que o nome da instituição homenageia um docente falecido em um acidente automobilístico. Inaugurada em 1984, a escola conta com 41 anos de funcionamento e, recentemente, passou por uma reforma durante o recesso escolar de 2025.

O professor supervisor, conforme ele mesmo situa, ser de família de poucos recursos financeiros, e ser o primeiro de sua família a se graduar no ensino superior, formou-se pela



Universidade Federal de Goiás; ingressou na rede estadual por concurso público logo após sua graduação e acumula cerca de duas décadas de experiência no magistério. Sua trajetória

evidencia um percurso profissional consolidado em escolas públicas, marcado pelo contato cotidiano com os desafios estruturais e pedagógicos que atravessam o ensino de Artes.

É com base nesse acompanhamento sistemático, nas observações realizadas e nos procedimentos metodológicos adotados que se apresentam, a seguir, as experiências e os resultados coletados

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, é preciso observar as mudanças que ocorreram ao longo das últimas décadas na educação brasileira, como exemplificado na citação abaixo.

A partir da década de 1990, entre outros processos, as políticas públicas passam a ser orientadas por uma reforma de Estado, que engendra alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando as formas de gestão e, consequentemente, as políticas públicas, particularmente, as políticas educacionais. Tais políticas passam por alterações importantes no mundo e no Brasil. (Dourado, 2013, p. 368).

No período pós-ditadura, em meio à promulgação de uma nova Constituição, a educação figurou entre as áreas alcançadas por reformas profundas, alinhadas à crescente adoção de políticas de orientação neoliberal. Dourado (2013) destaca que a Lei nº 9.131/95 regulamentou a criação do Conselho Nacional de Educação e instituiu avaliações periódicas nas instituições e no ensino superior. O autor também aponta que as disputas em torno da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, resultaram em diretrizes que combinam flexibilização e, simultaneamente, mecanismos de controle e padronização por meio de processos avaliativos normatizados.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura-se como uma consequência recente desse ciclo de reformas. Segundo o Ministério da Educação (2017), a BNCC busca orientar a formulação dos currículos das redes estaduais, distrital e municipais, bem como subsidiar as propostas pedagógicas das instituições de ensino. No entanto, desde sua elaboração, diversas críticas têm ressaltado que o documento desconsidera desigualdades estruturais ao propor um modelo curricular comum para todo o país. Como afirma Cruvinel (2021), a promoção da equidade pressupõe enfrentar previamente as desigualdades

econômicas, sociais e culturais; caso contrário, qualquer política curricular uniforme tende a reproduzir e aprofundar assimetrias já existentes.

Enquanto processo histórico há que se destacar que a BNCC não foi consensualizada, não foi pactuada e, portanto, apresenta vários questionamentos acerca de sua legitimidade. Todavia, está aprovada. Está homologada. Enquanto Política de Governo ela é normativa e implica um esforço das Redes de Ensino, no âmbito público ou privado, de repensar suas Propostas Pedagógicas. Por constituir-se como instrumento ‘de cima pra baixo e de fora pra dentro’, destacamos alguns questionamentos à BNCC homologada. (DOURADO; SIQUEIRA, 2019, p.291)

A Secretaria de Educação do Estado de Goiás, com a meta de melhorar as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), passou a elaborar as chamadas provas de bloco e os planos de aula para serem ministrados ao longo do bimestre por meio do Sistema de Avaliação do Estado de Goiás (SAEGO) como descrito em seus objetivos.

A avaliação educacional em larga escala, ao longo das últimas décadas, vem se consolidando como uma ferramenta indispensável para a produção de análises sobre a qualidade da educação oferecida às crianças e jovens brasileiros. Por meio da aplicação de testes padronizados de desempenho, é possível avaliar, por exemplo, se os objetivos de aprendizagem estão se consolidando nas etapas adequadas. (SAEGO, 2024).

Observou-se que os docentes seguem elaborando e aplicando suas próprias avaliações, mas, paralelamente, precisam preparar-se, tanto quanto seus estudantes, para as provas de bloco do IDEB. Durante o conselho de classe, diversas críticas a essas provas foram registradas. Uma das principais objeções dizia respeito ao descompasso entre os conteúdos exigidos e aquilo que vinha sendo trabalhado pelos professores. O professor de Artes relatou, por exemplo, que nenhum dos tópicos abordados por ele ao longo do bimestre aparecia na prova, o que o levou a considerar a necessidade de reformular o planejamento de suas aulas.

Em seguida, o docente ministrou uma aula sobre ‘Arte e Valor’, tema definido pela Secretaria de Educação. A aula consistiu em uma breve introdução conceitual, seguida da distribuição de textos retirados do próprio site da secretaria, dos quais os estudantes deveriam realizar a leitura e responder às questões propostas. Em conversa posterior, o professor observou que o material disponibilizado era insuficiente para abranger todo o bimestre, sendo necessário complementá-lo. Para isso, orientou uma atividade domiciliar em que os alunos deveriam pesquisar artistas que tratassesem da temática e produzir uma obra relacionada para apresentar na aula seguinte.

Em síntese, a principal preocupação do professor dizia respeito à possibilidade, ou não, de alinhar seu planejamento às exigências da prova de bloco, evidenciando a tensão entre o exercício docente e as demandas avaliativas centralizadas.

As imagens abaixo são exemplos de planos de aula impressos com a temática Arte e Valor. A primeira figura mostra o caso de três sapatos vendidos pelas empresas de moda Balenciaga e Prada. O primeiro sapato, propositalmente deteriorado, imita um tênis simples, o segundo é uma bota tratorada com as mesmas características e o último é uma sandália de couro. Segundo o texto, todos provocaram polêmica devido o preço exorbitante especialmente a sandália que foi acusada por brasileiros nas redes sociais de ser uma apropriação cultural das sandálias de couro nordestinas.

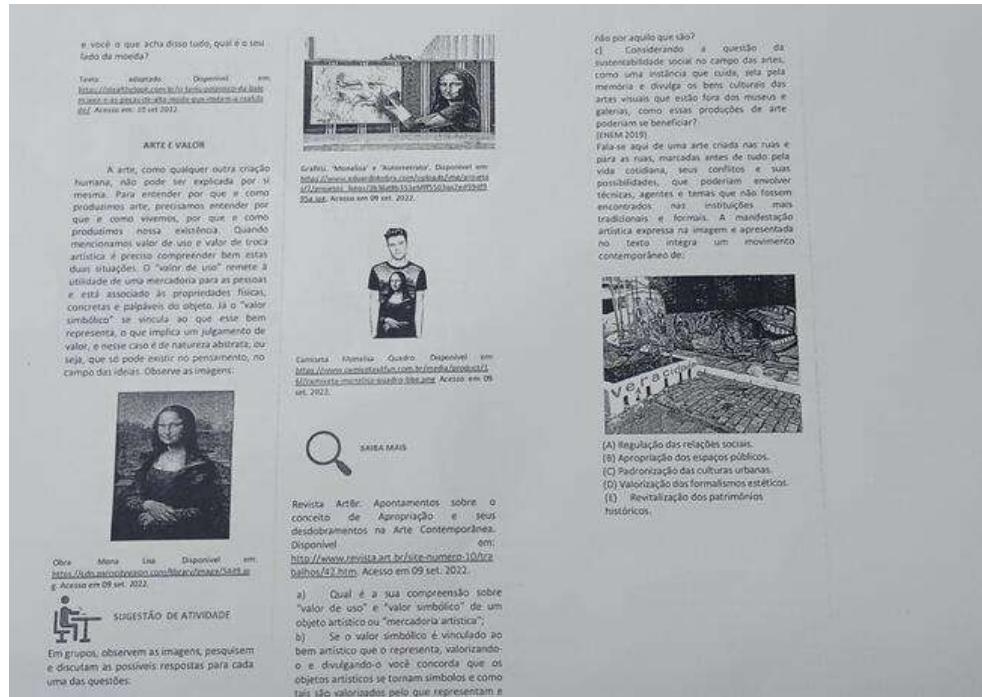
FIGURA 1 - FRENTE (09/05/2025)



Fonte: Da autora

A figura 2 apresenta o verso do plano que finaliza o assunto trazido na página anterior e traz o conceito de Arte e Valor, percebe-se aqui uma tentativa de interdisciplinaridade com a área das Ciências Sociais. Após a explicação do conceito, o plano indica para o professor separar a turma em grupos, observar as imagens e responder as questões que presumem o conhecimento prévio dos alunos sobre o conceito de capital simbólico.

FIGURA 2 - VERSO (09/05/2025)



Fonte: Da autora

É importante observar que nenhum teórico ou artigos científicos da área de Artes é utilizado para embasar o plano, este tem suas fontes ancoradas em notícias e utiliza apenas um artista como exemplo.

Posteriormente, mesmo tentando se adequar aos planos da Secretaria de Educação, os conteúdos cobrados na prova novamente nada tinham haver com o que havia sido ensinado durante o bimestre.

No segundo semestre de observação, a gestão da escola orientou que todos os esforços fossem voltados para a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nesse período as aulas observadas estavam voltadas a resolução de listas de exercícios. Além disso, a secretaria de educação enviou professores de Matemática e Português para dar aulas de reforço também com o mesmo objetivo, sendo que essa ação ocorreu em diversas unidades educacionais do estado de Goiás. É importante destacar que os professores enviados eram

apenas das duas áreas citadas em detrimento das outras, isso mostra a indiferença à área das Artes que também faz parte das disciplinas cobradas no exame.

Após o período de realização do Enem, iniciou-se na escola o projeto de criação de um mural abordando a destruição e a valorização do bioma cerrado elaborado pelo professor

supervisor e os/as participantes do PIBID. A proposta buscou articular esse tema aos conteúdos previamente trabalhados sobre arte e sustentabilidade, configurando-se como uma iniciativa do próprio docente, e não decorrente dos planos de aula sugeridos pela Secretaria. A adaptação do professor diante das restrições impostas pelas demandas avaliativas foi decisiva para que o projeto pudesse ser desenvolvido, ainda que somente viável por ocorrer no final do ano letivo, quando a pressão das provas já havia diminuído.

No campo das Artes, a ideia de mensurar “certo” e “errado” mostra-se limitada, pois a produção artística envolve modos subjetivos de expressão por meio dos quais o indivíduo estabelece relações com o mundo que o circunda. Como apontam Iavelberg e Menezes (2012), a prática das linguagens artísticas, diferentemente das ciências exatas, não pode ser orientada por parâmetros que antecipem resultados predefinidos ou reduzam o processo criativo a critérios avaliativos rígidos.

Em sala de arte, se resolvêssemos afirmar que dois mais dois são cinco ou fazer um desenho de Pedro Álvares Cabral em um ambiente metropolitano, não estariámos sujeitos a notas baixas, pois a arte pressupõe a liberdade de criação de mundos em que o estabelecimento de novas ordens está previsto e, mais que isso, é estimulado. Não haveria jamais uma solução exata sobre como dispor as cores verde e violeta sobre o espaço de um papel. (IAVELBERG E MENEZES, 2012, p. 665)

Diante do que foi apresentado, observa-se que as diretrizes avaliativas implementadas pelo Estado de Goiás guardam aproximações com modelos tecnicistas de avaliação, centrados na resolução padronizada de exercícios e na preparação para exames classificatórios, como o Enem. Esse enfoque desloca a atenção da formação integral para o treinamento de respostas, restringindo o espaço para processos educativos mais amplos. No caso do ensino de Arte, tal orientação revela limites ainda mais evidentes, pois a área pressupõe abertura para experimentação, criação e construção de sentidos; dimensões que dificilmente se ajustam a matrizes avaliativas rigidamente estruturadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



As observações realizadas ao longo do PIBID e do Estágio Supervisionado revelam um cenário em que políticas educacionais de orientação avaliativa centralizada impactam diretamente o cotidiano escolar. A incorporação de provas de bloco, associada a metas de desempenho no IDEB e à pressão para alinhar conteúdos ao Enem, produz um ambiente em

que o planejamento docente é constantemente tensionado. Nesse contexto, professores se veem diante da necessidade de ajustar suas práticas para responder a exigências externas que nem sempre dialogam com as especificidades da comunidade escolar, resultando em desgaste profissional e na sensação recorrente de inadequação entre o que se ensina e o que é avaliado.

No caso do ensino de Artes Visuais, tais tensões se intensificam, pois a área depende de processos abertos de experimentação, criação e construção simbólica que não se compatibilizam com matrizes avaliativas padronizadas. As iniciativas observadas, como o mural sobre o cerrado, desenvolvido apenas quando a pressão das avaliações diminuiu, evidenciam que projetos pedagógicos mais significativos emergem justamente nos intervalos em que o controle avaliativo se afrouxa. Esse dado empírico corrobora as críticas de autores como Ravitch, Dourado e Cruvinel, que apontam para os limites de políticas educacionais centradas no desempenho mensurável, desconsiderando desigualdades estruturais e a diversidade dos processos formativos.

Considera-se, portanto, que enfrentar esses desafios requer não apenas revisar as políticas avaliativas, mas também recolocar o trabalho docente no centro das discussões sobre qualidade da educação. As experiências relatadas mostram que, quando há espaço para práticas pedagógicas inventivas, a aprendizagem se torna mais significativa e integrada ao contexto sociocultural dos estudantes. Assim, mais do que adaptar o ensino de Artes às demandas tecnicistas, é necessário construir políticas que reconheçam a especificidade dessa área e valorizem a pluralidade de modos de aprender e expressar o mundo, especialmente em territórios historicamente marcados por desigualdades, como a Vila Mutirão.

REFERÊNCIAS

CONHEÇA o SAEGO. **Sistema de Avaliação Educacional de Goiás**. Disponível em: <https://avaliacaoemonitoramentogoiás.caeddigital.net/#/sistema>. Acesso em: 06 out. 2025.

CRUVINEL, Tiago. Qual o futuro da disciplina Arte a partir da BNCC do Ensino Médio?. **Urdimento**, Florianópolis, v. 1, n. 40, mar./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/18970/12754>. Acesso em: 20 out. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. A formação de professores e a base comum nacional: questões e proposições para o debate. **RBPAE** - v. 29, n.2, p. 367-388, mai/ago. 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/2acfb572-8c3e-493a-8245-62312db52063>. Acesso em: 06 out. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **RBPAE** - v. 35, n. 2, p. 291 - 306, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/vol35n22019.95407/53884>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FREITAS, Silvio Antônio. Habitação Popular em Goiânia: Vila Mutirão mil casas em um dia. Orientador: Heitor da Costa Silva. 2007. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11386/000611004.pdf?sequence=1>. Acesso em 19 jun. 2025.

IAVELBERG, Rosa. MENEZES, Fernando Chui de. O Cultivo Do Desenho Infantil Na Aprendizagem Compartilhada. **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP)**, 2012. Disponível em: https://anpap.org.br/anais/2012/pdf/simposio4/rosa_iavelberg_e_fernando_chui.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 09 out. 2025.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano**: como testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011. 318 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.